Filiação: José Rodrigues e Maria de Fátima Rodrigues. Nacionalidade: . . .

30 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, Maria Celeste Ramos.

ANEXO

Programas das provas

- I Programa da prova de conhecimentos gerais para o ingresso na categoria de telefonista, aprovado pelo despacho n.º 13 381/99, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999.
- 1 Conhecimentos ao nível das habilitações exigidas para o ingresso na respectiva carreira, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e aos resultantes da vivência do cidadão comum.
 - 2 Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:
 - 2.1 Regime de férias, faltas e licenças;
- 2.2 Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
- 2.3 Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
 - 2.4 Deontologia do serviço público.
- 3 Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso.
- II Programa da prova de conhecimentos específicos para o ingresso na categoria de telefonista, aprovado pelo despacho conjunto n.º 104/2001, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 28, de 2 de Fevereiro de 2001.
 - 1 Regime jurídico da função pública:
 - a) Constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública;
 - b) Regime de duração do horário de trabalho.
 - 2 Recepção e encaminhamento de chamadas telefónicas.
 - 3 Noções gerais sobre atendimento de público.

Legislação de base aconselhada para a realização das provas de conhecimentos

- Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro.
- Estatuto remuneratório Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.
- Constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 407/91, de 17 de Outubro, e 218/98, de 17 de Julho, e pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.
- Prevenção e resolução de conflitos de interesses provenientes do exercício de funções públicas — Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro.
- Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso Decreto-Lei n.º 87/2001, de 17 de Março, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 10-B/2001, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 100, de 30 de Abril de 2001.
- Regime de duração do horário de trabalho Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 13-E/98 (*Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 200/98, de 31 de Agosto de 1998).
- Férias, faltas e licenças Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio.
- Noções gerais sobre atendimento do público Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março.

Despacho n.º 13 015/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral datados de 18 de Maio de 2005:

Ana Margarida Nogueira Guedes Vitorino, escriturária do 2.º Cartório Notarial de Santarém — nomeada segunda-ajudante do 1.º Cartório Notarial de Caldas da Rainha (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

- Isabel Maria Novalio Lopes, escriturária da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Reguengos de Monsaraz nomeada segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Cartório Notarial de Mourão (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Maria do Rosário Martins Gonçalves, escriturária da Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Cartório Notarial de Alcoutim nomeada segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Cartório Notarial de São Roque do Pico (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.
- Mariana Cândida Marques Cortez Ramos Pereira Lopes, escriturária superior da Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Évora nomeada segunda-ajudante dos mesmos serviços (3.º escalão, índice 235), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

25 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, Maria Celeste Ramos.

Despacho n.º 13 016/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Maio de 2005 da subdirectora-geral:

Paula Andreia Travessa Frazão, contratada, em regime de contrato administrativo de provimento na Direcção de Serviços de Identificação Civil desta Direcção-Geral, como assistente administrativa — rescindido o referido contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 23 de Maio de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, Maria Celeste Ramos.

Rectificação n.º 1024/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de Maio de 2005, a p. 7959, o despacho n.º 11 598/2005 (2.ª série) rectifica-se que onde se lê «Edite da Cruz Leitão» deve ler-se «Edite da Luz Leitão».

31 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, Maria Celeste Ramos.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 13 017/2005 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Maio de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues:

Licenciada Helga Cristina dos Santos Castelo Branco, técnica superior de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, nomeada, em regime de comissão de serviço extraordinária e após concurso, especialista superior estagiária da Polícia Judiciária — cessada, a seu pedido, a referida comissão de serviço extraordinária, com efeitos a partir de 5 de Junho de 2005. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Maio de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 13 018/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Maio de 2005 do Ministro da Justiça:

Maria Helena Baptista Alves Pina, especialista auxiliar do escalão 2 da Polícia Judiciária, na situação de licença sem vencimento de longa duração — autorizado o regresso ao serviço. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Maio de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 13 019/2005 (2.ª série). — Por despachos do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária Dr. José de Almeida Rodrigues:

De 27 de Abril de 2005:

Licenciado Vítor Manuel Ferreira Marques, especialista-adjunto do escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária como especialista superior estagiário — nomeado definitivamente especialista superior do escalão 1, do quadro da mesma Polícia.

De 29 de Abril de 2005:

Licenciado Jorge Paulo Varela da Cunha, especialista auxiliar do escalão 1 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções em regime